



PELES NEGRAS: A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA BAIXADA FLUMINENSE

Luana Luiza Galoni¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Douglas Campos de Souza²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Grazielly Ribas³

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Isadora Teresa Paulo de Souza⁴

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: As instituições de acolhimento se configuram como um território historicizado, cuja vivência se estabelece pelas relações sociais e pelo uso do poder político. Ao longo dos anos, crianças e adolescentes negros no Brasil vêm ocupando em maior número essas instituições, marcando a estrutura racista brasileira que se desenhou ao atendimento à infância e adolescência no país. O presente artigo visa discutir a produção de subjetividade de adolescentes negros

¹ Psicóloga e mestre em psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutoranda pela mesma instituição. Psicóloga clínica e supervisora na abordagem de Terapia Cognitivo-Comportamental, possui formação em Terapia Cognitivo Sexual. Professora de psicologia no Centro Universitário de Valença (UNIFAA). Pós-Graduanda em Crianças, Adolescentes e Famílias pela FEMPERJ. Escritora, poeta e produtora cultural. Como pesquisadora, atua principalmente com os temas: Direito de crianças e adolescentes, políticas públicas e sociais para infância e juventude, violência infantojuvenil, acolhimento institucional, raça e letramento racial. Associada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e integrante da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores (ANPSINEP) núcleo Rio de Janeiro. Email: luana.luiza.galoni@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4426-4000>

² Assistente Social, Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense UFF, Pós-Graduando em Crianças, Adolescentes e Famílias pela FEMPERJ. Como pesquisador, atua principalmente com temas: Direito da criança e do adolescente, violência infantojuvenil, políticas sociais e controle social. E-mail: doug.social@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1430-107X>

³ Psicóloga e mestra em psicologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Terapeuta do Esquema pela Insere Psicologia e Educação. Professora e supervisora de estágio em psicologia na UNIFAA/Valença. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Cognitivo-Comportamental e Terapia do Esquema, atuando principalmente nos seguintes temas: atendimento clínico em terapia cognitivo-comportamental e terapia do esquema, prevenção e intervenção na área de violência infantojuvenil e da população LGBTQIAP+, estresse de minorias. Como pesquisadora, atua principalmente nos seguintes temas: educação sexual e direitos sexuais da população infantojuvenil, diversidade sexual e de gênero, estudos interseccionais, arte e performance. Email: graziellycascon@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0540-9828>

⁴ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Como pesquisadora atua nas áreas de direitos de crianças e adolescentes e acolhimento institucional e violência infantojuvenil. E-mail: isadorasouz20@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9765-1229>

acolhidos institucionalmente, através do método de Análise do Discurso dos Diários de Campo produzidos em pesquisa com adolescentes acolhidos na Baixada Fluminense. Os dados nos revelaram que os participantes enfrentam diversas formas de racismo, tanto em sua condição material quanto subjetiva. É imperativo, portanto, avançar na construção de espaços e discussões decoloniais e antirracistas nos espaços de acolhimento.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional; Raça; Racismo; Adolescentes; Subjetividade.

BLACK SKINS: THE PRODUCTION OF THE SUBJECTIVITY OF ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE IN THE BAIXADA FLUMINENSE

Abstract: Shelters of children and adolescents are configured as a historicized territory, whose experience is established by social relations and the use of political power. Over the years, black children and adolescents in Brazil have been occupying these institutions in greater numbers, marking the Brazilian racist structure that was designed to care for children and adolescents in the country. This article aims to discuss the subjectivity production of institutionally sheltered black teenagers, through the Discourse Analysis of the Field Diaries produced in a research method with sheltered teenagers in the Baixada Fluminense. The data revealed that the participants faced different forms of racism, both in their material and subjective conditions. It is imperative, therefore, to advance in the construction of decolonial and anti-racist spaces and discussions in reception spaces.

Keywords: Institutional Reception; Race; Racism; Teenagers; Subjectivity.

PIELES NEGRAS: LA PRODUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD DE ADOLESCENTES EN CUIDADO INSTITUCIONAL EM LA BAIXADA FLUMINENSE

Resumen: Las instituciones de acogida se configuran como un territorio historizado, cuya experiencia se establece a partir de las relaciones sociales y el uso del poder político. A lo largo de los años, niños y adolescentes negros en Brasil han ido ocupando estas instituciones en mayor número, marcando la estructura racista brasileña que fue diseñada para la atención de niños y adolescentes en el país. Este artículo tiene como objetivo discutir la producción de subjetividad de adolescentes negros institucionalizados, a través del Análisis del Discurso de los Diarios de Campo producidos en un método de investigación con adolescentes en la Baixada Fluminense. Los resultados revelaron que los participantes enfrentaron diferentes formas de racismo, tanto en sus condiciones materiales como subjetivas. Es imperativo, por tanto, avanzar en la construcción de espacios decoloniales y antirracistas y de discusión en los espacios de acogida.

Palabras-clave: Recepción Institucional; Carrera; Racismo; Adolescentes; Subjetividad.

PEAUX NOIRES : LA PRODUCTION DE LA SUBJECTIVITÉ DES ADOLESCENTS EN INSTITUTION DANS LA BAIXADA FLUMINENSE

Résumé: Les institutions d'accueil se configurent comme un territoire historicisé, dont l'expérience est établie par les relations sociales et l'usage du pouvoir politique. Au fil des ans,



les enfants et adolescents noirs du Brésil ont occupé ces institutions en plus grand nombre, marquant la structure raciste brésilienne conçue pour prendre en charge les enfants et les adolescents du pays. Cet article vise à discuter de la production de subjectivité des adolescents noirs hébergés en institution, à travers l'analyse du discours des journaux de terrain produits dans une méthode de recherche avec des adolescents hébergés dans la Baixada Fluminense. Les données ont révélé que les participants étaient confrontés à différentes formes de racisme, tant dans leurs conditions matérielles que subjectives. Il est donc impératif d'avancer dans la construction d'espaces décoloniaux et antiracistes et d'échanges dans les espaces d'accueil.

Mots-clés: Réception institutionnelle; Course; Racisme; Adolescents; Subjectivité.

INTRODUÇÃO

“Há uma diferença entre fazer pesquisa no corpo e fazer o próprio corpo de pesquisa. Fazer das sensações e percepções os dados de interpretação, confiar no tato e no que toca. Escrever diários de pensamentos e observações, usar dos olhos, ouvidos e boca em toda interação. Procurar, com afincão, todas as teorias que comprovem, confirmem ou refutem o encontro. Escrever. Buscar rotas de saída e soluções. Às vezes achar, às vezes não. Às vezes se contentar apenas com a frecha da porta, mesmo trancada. E escrever.

Estar de corpo, todo, no encontro. Fazer o deslocamento, deixar que o corpo vá, atravessando fronteiras internas e de municípios. Escrever.

Mas, às vezes, só chorar”.

Trecho retirado de Diário de Campo - 16/07/2022

O campo do conhecimento e da atuação profissional na infância e juventude é historicamente marcado por discursos hegemônicos que silenciam narrativas que possam subverter essa lógica. Não diferente disso, o saber psicológico é reconhecido como um dos campos teóricos e práticos, cujos debates estão inseridos nas contradições da sociedade brasileira - com sua memória marcada pela dizimação dos povos originários e exploração dos africanos escravizados (Santana; Castro, 2022, p.226). Nesse ínterim, a colonização dos povos resultou na redução de sua humanidade, a inferiores, incultos e, até, não humanos (ibid, 2022). Acontece que, o legado desse regime se instaurou pelo Brasil e em diáspora perpetuando inúmeras violências. Um dos maiores resultados disso é trazido por Aza Nijeri (2019, p. 7) através dos ensinamentos de Marimba Ani como *Maaafa*, o Holocausto Negro. Para a língua banto *Swahili*, *Maaafa* significa a “grande tragédia”, um “processo de sequestro e cárcere físico e mental da população negra africana, além do surgimento forçado da afrodiáspora” (NJERI, 2019, p.7). Esse acontecimento é visto como uma ocorrência terrível, o infortúnio de morte, que identifica os 500 anos de sofrimento de pessoas de herança africana através da



escravização, imperialismo, colonialismo, *apartheid*, estupro, opressão, invasões e exploração (ibid, 2019.). Sendo considerada também como:

o genocídio histórico e contemporâneo global contra a saúde física e mental dos povos africanos, afetando-os em todas as áreas de suas vidas: espiritualidade, herança, tradição, cultura, agência, autodeterminação, casamento, identidade, ritos de passagem, economia, política, educação, arte, moral e ética (IBID, 2019, p. 7).

De acordo com Njeri (2019, p. 7), essa dinâmica se manifesta entre os africanos e os descendentes gerando um trauma histórico da sua desumanização, em muitos momentos, reproduzem as violências, contribuindo, e muitas das vezes facilitando o trabalho, para o genocídio. A ligação que fazemos nesse trabalho com o campo de pesquisa apresentado, surge em decorrência das pesquisas a respeito dos direitos de crianças e adolescentes negros expressarem significativamente os altos índices de violações e iniquidades relacionadas com as três principais áreas de direitos legais: provisão, proteção e participação (SANTANA; CASTRO, 2022, p. 233). Ao pensar no campo específico das instituições de acolhimento brasileiras de crianças e adolescentes, percebemos uma configuração de equipamento carregada de heranças escravocratas, de institucionalização e controle de corpos pretos (GALONI, ARCANJO, RIBAS, PEIXOTO, 2022, p. 60). Retornamos então à *Maafa*, focando nosso olhar para a subjetividade de jovens negros em instituições de acolhimento como resultado também desse processo histórico. Acreditamos que devemos considerar o estado de *Maafa* em que se encontra a população negra brasileira na contemporaneidade e o seu efeito coletivo na subjetividade desses corpos (NJERI, 2019). Ao falarmos de subjetividade na Psicologia, nos deparamos com duas formas de reducionismo: a) a concepção individualista e intrapsíquica; e b) a determinista, orientada por influências externas que agem sobre o homem e determinam seus comportamentos (DOS SANTOS E SILVA, 2022). Cabe ressaltar que em ambas as narrativas existem a dicotomia indivíduo/social, sendo, portanto, desconsideradas dimensões sociais, culturais, históricas dos processos psicológicos complexos e a capacidade autogeradora da psique (ibid, 2022). A partir dessa discussão, González Rey e Goulart apresentam um giro conceitual o qual pensa a subjetividade como inseparável dessas dimensões, sendo assim a subjetividade se constrói e se produz a partir das interações sociais.

[...] quando você faz o passo para a subjetividade enquanto nova definição ontológica, você não está falando de um processo do indivíduo. É um processo



que se organiza individualmente, mas, ao mesmo tempo nos mais diversos espaços sociais. Então, não se trata somente de como o social se faz presente no indivíduo, mas também como o indivíduo se faz presente no social, argumentando que é por meio dessas interações que internalizamos os significados e valores culturais e os integramos em nossas formas de pensar e sentir (GONZÁLEZ REY E GOULART, 2019, p. 23)

É importante destacar que a subjetividade não se limita apenas à história e à cultura nas quais os indivíduos são socializados. Ela também abrange os espaços de subjetivação que emergem na cultura e das experiências vividas ao longo do tempo subjetivo de cada pessoa (DOS SANTOS E SILVA, 2022). Assim, a perspectiva de González Rey e Goulart ressalta a importância da emoção como fator central para a compreensão da subjetividade, destacando a interação entre emoção e simbolismo na construção de significados subjetivos (ibid, 2022). Além disso, sua abordagem reconhece a complexidade e singularidade da subjetividade, que é ao mesmo tempo moldada pelas influências culturais e históricas, mas também capaz de transcender e transformar essas mesmas influências (ibid, 2022).

Ao nos lançarmos ainda mais sobre o efeito de *Maafa* e a subjetividade de jovens negros, ousando na costura de conceitos, nos deparamos com a metáfora de Aza Njeri (2019, p. 7) que a entende como um monstro com diversos tentáculos. Para a filósofa “esse monstro mira o corpo negro a fim de matá-lo física, psicológica, epistemológica e espiritualmente” (NJERI, 2019, p. 7). Percebemos então, que a infância marginalizada, vulnerabilizada e desprotegida possui uma cor demarcada. Em outras palavras, não importa a especificidade de cada indivíduo ou grupo dentro da comunidade negra, o genocídio é um monstro extremamente sofisticado e adaptável, sendo capaz de se ajustar insidiosamente a cada realidade para atingir seu propósito mortífero (ibid, 2019). Esse infortúnio reflete o quanto as estruturas e mecanismos de opressão são complexos e perversos, perpetuando um ciclo de violência e negação sistemática dos direitos humanos básicos da população negra (ibid, 2019). É fundamental reconhecer essa realidade brutal e unir esforços para combater e erradicar o genocídio e suas múltiplas formas de manifestação, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos (ibid, 2019).

Diante disso, consideramos todo o processo histórico, social e político que culminaram no acolhimento desses meninos e meninas, assumindo a responsabilidade de racializar o espaço de acolhimento para se produzir pesquisas, dados e políticas públicas que melhor atendam essa população. Apresentaremos então o acolhimento



institucional na Baixada Fluminense, sendo esse o território desta pesquisa, atravessado por disputas políticas, econômicas e territoriais (Saraiva, 2022, p. 101). Estão inclusos na Baixada Fluminense os municípios de Nova Iguaçu, Magé, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Paracambi, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica (Observatório do Trabalho, 2021). O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), caracterizou as cidades da região como mais negras que a média do país, dos 13 municípios, esse percentual chega a 70% em Japeri, e a quase 68% em Belford Roxo (IBGE, 2011).

De acordo com Honorato (2020, p. 12) a Baixada em sua totalidade é historicamente marcada pela presença numerosa da população preta e o aumento urbano dessa população se correlaciona com as políticas vigentes no início da República no país. Em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo, 64% das mortes são decorrentes de intervenção policial, com isso, em concordância com Honorato (2020, p. 13), destacamos que essa região ser reconhecida no Estado como um território negro torna-a alvo de diversas violências. Além disso, a grande BXD⁵carrega muito pertencimento e identidade, possuindo relevância e influência política-cultural, é vista como uma região densamente povoada e com características culturais e socioeconômicas próprias. A Baixada Fluminense é conhecida por seu significado histórico, social, político, artístico e econômico para o estado do Rio de Janeiro (HONORATO, 2020; SARAIVA, 2022). Traçando um paralelo com a discussão anterior, a casa de acolhimento se configura dessa forma como um território que, ao ser ocupado por crianças, adolescentes, pela equipe técnica, por educadores e diferentes grupos de pessoas, se torna um espaço historicizado, ou seja, um território, cuja vivência se estabelece pelas relações sociais e pelo uso do poder político. Portanto, reafirmamos junto aos dados que essas instituições são territórios de acolhimento às crianças, adolescentes e famílias negras marcadas por uma estrutura sócio-histórico racista (GALONI et al., 2022, p. 61).

Segundo o Censo do Módulo Criança e Adolescentes do estado do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2022, das 1.471 crianças e adolescentes acolhidos em todo estado, 1.143 são da raça negra (pretos e pardos) e 0 indígenas (Censo do Módulo

⁵ O termo "BXD" é utilizado por jovens e comunidades da Baixada Fluminense, sua popularidade está associada a uma forma de expressar orgulho e conexão com o local em que se vive.



Criança e Adolescente, 2022, s/p). Desse número de acolhidos, 46,5% ocupam a faixa etária do que considerariamos legalmente o fim da infância e início da adolescência (Brasil, 1990, s/p) de 12 a 18 anos, cerca de 80% desses adolescentes são da raça negra. Ou seja, adolescentes negros em sua maior parte têm permanecido nos serviços de acolhimento até atingirem a maioridade. Esses dados nos auxiliam a demarcar e confirmar o que temos trazido neste debate, assim, o presente artigo propõe-se a apresentar os relatos coletados através dos diários de campo de uma pesquisa realizada com adolescentes de uma casa de acolhimento na Baixada Fluminense. Para efeito, nos debruçamos sobre a discussão acerca da produção de subjetividade de adolescentes negros acolhidos institucionalmente.

METODOLOGIA

Esse artigo traz um recorte dos dados coletados na pesquisa-intervenção desenvolvida para aplicação do Programa Candeia (Antunes; Galoni; Ribas; Peixoto, 2022, p. 54), que visava promover autonomia e independência com adolescentes em acolhimento institucional que estivessem em processo de desligamento por maioridade em uma instituição de acolhimento situada na Baixada Fluminense. O programa foi construído baseado em 7 eixos temáticos, sendo nesses: 1. História de vida do adolescente; 2. Relações interpessoais e rede social; 3. Noções de raça; 4. territorialidade; 5. Planejamento financeiro e profissional; 6. Afetividades, diversidade sexual, gêneros e sexualidades e 7. Noções básicas de direitos da criança e do adolescente. Os eixos do programa foram desenvolvidos em 6 encontros presenciais em uma Organização Não-Governamental (ONG) parceira com um grupo de 5 adolescentes, meninos cisgênero, com idades entre 16 e 17 anos que se autodeclaravam pretos e pardos. Os dados coletados são referentes, especificamente, ao encontro realizado no dia 25 de julho de 2022 que diz respeito ao eixo sobre “noções de raça”.

Tabela 1 - Dados dos adolescentes participantes da aplicação do Programa Candeia

Pseudônimo	Idade	Raça	Motivo do acolhimento	Tempo de acolhimento
Diego	17	Negro	Violência física, psicológica e emocional	12 anos



Miguel	17	Negro	Negligência	Não informado
Cláudio	16	Negro	Situação de rua	8 anos
Kaio	17	Negro	Negligência	8 anos
Nícolas	17	Negro	Negligência	8 anos

Fonte: Elaboração da equipe de pesquisa

O diário de campo se configura aqui neste trabalho apenas como um procedimento metodológico para coleta de dados, o foco principal para análise são os discursos dos adolescentes registrados nesse documento. Ainda sobre o diário de campo e sua importância como instrumento de coleta de dados para anotações observadas durante e após as atividades de pesquisa, as autoras Lima, Miotto e Dal Prá (2007, p. 100) valendo-se das reflexões de Triviños (1987, p. 43), afirmam que o diário de campo é uma forma de:

[...] complementação das informações sobre o cenário onde a pesquisa se desenvolve e onde estão envolvidos os sujeitos, a partir do registro de todas as informações que não sejam aquelas coletadas em contatos e entrevistas formais, em aplicação de questionários, formulários e na realização de grupos focais (LIMA et al., 2007, p. 100).

Assim, o diário de campo possui um papel importante para esta pesquisa, por expressar a partir dos discursos desses adolescentes acolhidos, como o racismo causa efeitos problemáticos na construção da subjetividade dos mesmos. Para garantir a validade dos dados coletados, foram analisados registros do diário de campo de toda a equipe de pesquisa, composta pela pesquisadora principal e por mais duas estagiárias. Como método de análise para a construção dos resultados deste artigo, utilizamos a Análise do Discurso (AD), por essa possibilitar uma busca através da linguagem (Caregnato e Mutti, 2006, p. 681). Objetivamos entender, através do discurso desses adolescentes negros acolhidos institucionalmente, como o racismo pode impactar na produção de sua subjetividade. Para Caregnato e Mutti (2006, p. 684) “a AD preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso”. Assim, esta análise proporciona a identificação das emoções, a linguagem verbal, não verbal e os sentidos do discurso dos adolescentes acolhidos. As autoras afirmam ainda que:

[...] o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário



que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar (CAREGNATO E MUTTI, 2006, p. 680-681).

Outro elemento interessante na análise de discurso é que esta se “propõe a entender o que é dito, quem o diz, por que o diz, para quem diz, como diz, de que ponto histórico, cultural e social diz [...]” (SILVA E ARAÚJO, 2017, p. 24). Dessa forma, os dados obtidos são frutos das atividades realizadas com o grupo de adolescentes da instituição campo de pesquisa que foram sistematizados no diário de campo dos integrantes da pesquisa.

“BRIXTON, BRONX OU BAIXADA”⁶: CARACTERIZANDO O TERRITÓRIO DE PESQUISA

A pesquisa inicial se deu numa casa de acolhimento em um município da Baixada Fluminense, um território historicamente negligenciado à assistência de políticas públicas e sociais. O conceito de território utilizado neste trabalho é construído por Santos (2005, p. 252), sendo o “território usado” como um espaço definido para além do espaço geográfico em si, mas ocupado pelas subjetividades que transitam nesse lugar e os significantes atribuídos a esse. Assim sendo, ao caracterizarmos a casa de acolhimento para além de um espaço geográfico, mas também enquanto território usado, o compreendemos enquanto análise categórica social, que reflete as relações de poder instauradas na sociedade. O corpo que circula por esse espaço geográfico, mas também simbólico, é um corpo, conforme a característica da população em acolhimento, racializado. Se baseia nisso a caracterização do território específico de enquadre dessa pesquisa que é a Baixada Fluminense. Ao analisar a tríade raça, território e saúde mental, Honorato (2020, p. 77) referindo-se às cidades da Baixada Fluminense, mais especificamente a cidade de Nova Iguaçu e as demais cidades em torno às quais essa originou, entende que:

A proximidade com a capital fez com que a região passasse a ser ocupada cada vez mais pela população negra, que se deslocava para as regiões periféricas pelo avanço da malha ferroviária. Pensar a cidade mais preta e mais antiga da Baixada Fluminense é trazer à tona suas particularidades na relação entre raça e território (HONORATO, 2020, p. 77).

⁶ Música de Marcelo Yuka, interpretada pela banda “O Rappa”.



Para Silva Junior e Borges (2018, p. 6) o território é um elemento fundamental para refletir sobre a vulnerabilidade dos adolescentes negros a partir das desigualdades e iniquidades existentes nas periferias das cidades, que acaba por retirar destes sujeitos algumas possibilidades de ascensão. Para isso, ao pensar a construção da subjetividade, especificamente de adolescentes em acolhimento institucional, algumas categorias precisam ser validadas, devido ao itinerário de vivência desses indivíduos estar marcado por episódios constantes de vulnerabilidade social, racismo estrutural e institucional. Como também, as próprias violências simbólicas camufladas de disciplina, cuidado e direito. Dessa forma, recorrendo à Silva Junior e Borges (2018, p. 7) novamente, percebemos que “ser jovem, homem, negro, morador de periferia, significa estar marcado por constantes relações de poder que o reposiciona constantemente frente a outros sujeitos sociais”. Assim, notamos como essas subjetividades são construídas por processos de subalternização e hierarquização pautados pela raça e a colonialidade, e, conseqüentemente, violências. Em virtude disto, reiteramos que um território que se enquadra como negro, é também um território alvo de violências e negligências estatais.

Mbembe (2018, p. 41) diz sobre as ações que não visam apenas a morte do corpo negro, mas a produção da morte nesses espaços e localidades, de um corpo considerado descartável desde o período colonial, independentemente da idade. Como desabafa o rapper baiano Baco Exu do Blues “O olhar que você nunca esquece é quando as pessoas não te enxergam como uma criança, mas como uma ameaça”⁷. Violentar territórios negros é também violar territórios negros (HONORATO, 2020). Em leitura de relatos do diário de campo nos encontros a respeito de territorialidade, encontro esse que não será aprofundado neste trabalho devido às limitações e enquadre do próprio artigo, podemos perceber as relações que os próprios adolescentes tinham com seu território. Um território vulnerabilizado em termos de saneamento básico, infraestrutura, pavimentação, segurança, lazer, entre outros.

Outro aspecto relevante refere-se à localização deste território, este se encontra com muitas comunidades de risco em seu entorno, comunidades essas que os jovens relataram já terem frequentado, ido para comprar drogas e até feito alguns trabalhos no tráfico. Esse território, embora marcado por violências estruturais, também foi

⁷ Entrevista dada à revista Elle Men Brasil. Disponível em: <https://portalrapmais.com/baco-exu-do-blues-e-cap-a-da-primeira-edicao-da-elle-men-no-brasil/>.



percebido como local de pertencimento dos meninos, onde eles conhecem as ruas, as barbearias, as batalhas de rap, os moradores, os serviços de saúde, e outros locais que compõem sua rede de apoio. Embora parte dessas atividades fosse negada aos adolescentes, por um discurso de medo e controle de alguns envolvimento que os mesmos poderiam ter, por exemplo, com as rotas de tráfico da região. Ou até mesmo a dificuldade de sair com todos ao mesmo tempo. Nesse sentido, vale ressaltar também as redes de sociabilidade existentes nos territórios de periferia entre os homens, a exemplo das “peladas” nas quadras de esportes, o futebol de final de semana, torneios de pipa, entre outras atividades fundamentais para o sentimento de pertencimento e interação social com os pares.

A forma como territórios negros são os espaços em que foram inscritos histórias, sentimentos, organização, resistência, relações e identidades coletivas, que promovem uma conexão do sujeito com seu grupo social. O território negro é definido como o lugar de desenvolvimento do bem-estar da população que vive o racismo de forma constante em sua trajetória (HONORATO, 2020, p. 85).

Pensar a costura dos territórios a partir das relações que o compõem, trata-se não apenas dos movimentos de segregação racial expostos, mas também da resistência que se produz a partir disso. Nesse ínterim, incluímos igualmente as relações, que também se constituem como deslocamento de existência. De acordo com Nascimento (1980, p. 248) esse movimento o qual estamos apresentando pode ser reconhecido como quilombismo. Sendo esse definido pela forma como a população negra se organiza em busca da sua identidade, dignidade, liberdade, fraternidade e solidariedade. Na contemporaneidade, podemos encontrar esse movimento no surgimento e manutenção de organizações e instituições que garantem e reafirmam a identidade negra, como: terreiros, escolas de samba, associações, rodas de capoeira, dentre outros.

Decerto, uma rede de identificação construída pode ser convocada a se tornar uma rede de apoio e também de proteção. A pesquisadora principal perguntou aos adolescentes onde se sentiam mais vulneráveis, eles disseram que em locais onde “tinham muitos brancos”, em contrapartida, na favela era o local onde eles se sentiam melhor. Em uma pesquisa realizada por Da Silva, Nogueira e Machado (2022, p. 81 e 82) com crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros, o racismo foi associado à escravidão e identificado como a raiz de estereótipos presentes em várias condutas racistas naturalizadas na sociedade brasileira, sendo observado como um fenômeno que



se manifesta de diversas formas colocando a pessoa negra em risco, vista como ameaça em espaços embranquecidos.

Durante os diálogos, Kaio mencionou que no curso de barbeiro que fez encontrou muito acolhimento, Diego falou do rap, das referências e dos amigos produtores que o ajudavam, mas também, expôs diversas vezes o sentimento de tristeza, relatando “que não conseguia confiar em ninguém, pois achava que todos iriam o trair, que uma hora ou outra, as pessoas o decepcionariam”. Falar de relações é também falar de território. Ao questionarmos a própria ligação do grupo, que nesse momento já haviam se percebido enquanto coletivo marcado por questões raciais, os meninos mencionaram que além da raça, a dor, o abandono e a situação de abrigo também faziam com que eles se identificassem. Ao relatarem sobre preferências em relacionamentos afetivos, inclusive, eles responderam que preferem estar com meninas pretas, pois apesar dos episódios de racismo cotidiano, consideram uma cor bonita e completaram dizendo que elas entendem o que eles passam. Nesse contexto, se entender enquanto um grupo com diferenciações, mas também com identificações pode significar um pertencimento, auxílio e apoio, numa prática de libertação e comando da própria história por meio de seus próprios signos e símbolos que remetem à sua categoria de pertença, que temos aqui buscado relacionar ao quilombismo. Sendo esse, uma possível porta de fortalecimento de identidade e produção saudável de subjetividade nesse campo.

Corroborando para essa discussão, Da Silva, Nogueira e Machado (2022, p. 83 e 84) elucidam que as narrativas infantojuvenis revelaram que crianças, pré-adolescentes e adolescentes reconhecem a necessidade de apoio para enfrentar situações cotidianas de racismo, e de modo unânime, os entrevistados apontaram suas mães e/ou pais como a principal rede de suporte para dialogar sobre essas experiências. Além disso, quatro elementos essenciais emergiram dessas narrativas, operando como estratégias importantes para lidar com o racismo: a) Conviver com outras crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros, buscando fortalecer laços e compartilhar vivências semelhantes; b) Acessar narrativas afirmativas e materiais educacionais que abordem as relações étnico-raciais, tais como literatura e música; c) Conversar sobre a experiência de ser negro com a família e a comunidade negra, proporcionando um espaço seguro para expressar sentimentos e desafios relacionados ao racismo; d) Participar de



atividades e projetos antirracistas com frequência, engajando-se em iniciativas que promovam a conscientização e a luta contra o preconceito racial (ibid, 2022, p. 83 e 84).

Dessa forma, se faz necessário pensar a produção de subjetividade de adolescentes negros acolhidos institucionalmente dentro de seu território específico, visto como uma via de mão dupla, onde o território é importante para a produção de subjetividades, e essas também são importantes para o desenvolvimento do território, entendendo-o como composição influenciadora, mas não determinante, o mesmo território marcado por desigualdade e carências diversas, pode ainda se destacar por um potencial de criação existencial. “Aludimos, sim, à possibilidade de constituir, numa condição periférica, forças de invenção de outros modos de existência que efetuem embates com os modos de vida dominantes” (LACAZ; LIMA E HECKERT, 2015, p. 59).

QUEM TEM MEDO DO MENINO NEGRO, VIVO, LIVRE E EDUCADO?

Essa pergunta nos acompanha em todo processo de inserção, intervenção e elaboração de dados de pesquisas no sistema de acolhimento institucional no país, e leva o título do texto escrito por Osmar Paulino (2022, p. 35) ao pensar no corpo e território de meninos em conflito com a lei e as proposições do coletivo HONEPO - Homens Negros na Política. Conforme os dados do Módulo Crianças e Adolescentes (2022, s/p), a quantidade de crianças e adolescentes negros em situação de acolhimento é maior quando comparada a quantidade de indivíduos brancos pertencentes a população infantojuvenil acolhidos. Fato também recorrente do sistema socioeducativo ao qual o texto se refere.

Nesse contexto, considerando o pequeno recorte dos cinco adolescentes participantes da pesquisa, é possível notar que os dados estão em consonância com a realidade, uma vez que todos eram negros. Por isso, acreditamos que criar espaços para discussões sobre raça com adolescentes acolhidos e com os técnicos é uma necessidade, dessa forma, um dos encontros versou sobre essa temática. Para embasar a decisão de se dedicar ao assunto, pode-se citar Lino e Souza (2022, p. 108), que falam sobre o início da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e pontuam o objetivo de controlar e conter os corpos, mas não de proteger. Apenas a partir do ECA (1990, s/p),



toda a população infantojuvenil foi reconhecida enquanto sujeitos de direitos, embora ainda seja possível perceber uma particularidade na infância inserida na instituição: “são infantes negros os institucionalizados em virtude da negligência estatal contra sua família” (LINO E SOUZA, 2022, p. 109). Sem descredibilizar a importância das casas de acolhimento e do sistema de proteção para diversos casos, é importante questionar o lugar direcionado às famílias negras e aos adolescentes negros no Brasil (Lino e Souza, 2022, p. 108).

Embora amparados em uma nova legislação pós Constituição Federal que garante a proteção integral da infância, a proibição de quaisquer ações de violência, discriminação e negligência contra crianças e adolescentes (Brasil, 1990, s/p), é sempre válido compreender quem é a infância e a adolescência acolhida no nosso sistema. É possível verificar que o acolhimento institucional é um território marcado por raça desde a sua constituição, na sua maioria, as crianças e adolescentes acolhidos são de raça negra, incluindo pretos e pardos (Saraiva, 2019, p.82; Galoni, et al., 2022, p. 60). Tal fato reflete a construção das relações raciais brasileiras, marcadas por violências, desigualdades e desassistência de famílias negras desde a escravização ao pós-abolição (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 21-28; Galoni, et al., 2022, p. 59), conseqüentemente, as vulnerabilizando, construindo uma “pegadinha” estrutural, onde em dado momento produz-se a negligência e o desamparo, e, após pune-se essa mesma família as categorizando como não suficientes para cuidar das suas crianças e adolescentes.

Ainda sobre esse aspecto, pode-se dizer que “o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, atualmente, retrata uma permanência de questões oriundas da atualização dos aspectos discriminatórios presentes nas políticas públicas do acolhimento institucional de crianças construídos ao longo do tempo.” (GALONI et al. 2022, p. 62). Dada a introdução da temática, abordaremos a análise dos diários de campo do encontro a respeito de raça, procurando adentrar nos indícios que podem nos levar a compreender a produção da subjetividade da adolescência negra em acolhimento.

Uma das primeiras atividades propostas nesse encontro foi assistir a um episódio da série “*Todo Mundo Odeia o Chris*” que fala sobre raça, visando abordar assuntos sobre racismo, racismo estrutural, processo de escravização, racismo reverso, colorismo e democracia racial de forma lúdica e com uma linguagem de proximidade com eles. Os adolescentes mostraram-se muito interessados e interagindo com a equipe de pesquisa.



Ao mesmo tempo, bastante racializados, entendendo e reconhecendo-se nesse lugar, além de se identificarem com alguns trechos da série e reconhecerem o racismo na forma que a professora tratava o personagem Chris e alguns alunos.

Nesse contexto, Kaio nos contou um pouco sobre “zooções” que sofreu na escola por conta do seu cabelo, e mesmo que não gostasse da brincadeira era obrigado a aceitar “por que é assim que funciona na escola”. Em uma pesquisa realizada pela instituição Todos Pela Educação no primeiro semestre de 2023, mostra que desde 2018 intensificou o desmonte de projetos e programas na rede pública de educação sobre políticas de combate a discriminação racial nas escolas, onde “apenas 50,1% das escolas públicas afirmaram possuir ações de combate ao racismo em 2021, a menor proporção desde 2011 (66,7%)”. Desde a criação da Lei de Diretrizes e bases da educação (Lei nº 9.394/1996), no seu artigo 26-A “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 1996, s/p). Todavia, parece-nos que a partir das vivências desses adolescentes, estas discussões estão distantes da realidade escolar. Esse dado mostra o retrato de invisibilidade com que a escola trata as questões de raça, sendo essa produtora de racismo, e outras violências direcionadas para adolescentes. Trazem ainda que não há comprovações de fato que apenas os apontamentos da legislação sejam o suficiente para garantir o rompimento de posturas racistas, principalmente no ambiente escolar, as quais os jovens negros são submetidos cotidianamente (Nogueira; Gonçalves; Matildes, 2023, p. 133).

A escola como instituição produtora de subjetividades, responsável por educar e ensinar, onde muitos alunos têm profissionais e educadores como pessoas de referência, não pode fechar os olhos diante de situações que objetivam diminuir adolescentes e crianças por sua condição de raça. Utilizando das reflexões de Souza, Souza, Alves, Mendes e Vale (2018, p. 145) “para os indivíduos negros, a experiência escolar também parece repleta de acontecimentos prejudiciais, dificultando a aquisição de uma identidade positiva, ao mesmo tempo em que lhes confere o lugar daquele que não é bem-vindo e aceito no grupo”.

Silva Junior e Borges (2018, p. 6) corroborando ao debate, trazem que “os corpos na escola se apresentam alheios às questões da sexualidade e da raça. A escola encarregou-se (e ainda se encarrega) de negligenciá-los e desrepresentá-los, ignorando prazeres e desejos”, esse fato fica evidente inclusive na dificuldade apresentada pelos



docentes em abordar tais temáticas, numa defasagem de letramento racial e práticas antirracistas no âmbito educacional.

O “OUTRO” NO ESPELHO: A SUBJETIVIDADE NEGRA EM DISPUTA

Durante o encontro, o adolescente Diego parecia estar mais quieto e falou menos, estava mais reflexivo nesse dia, com questões pessoais e fez perguntas do tipo: “Você se considera uma pessoa feliz?”. Foi respondido que sim, mas que nem todos os momentos estamos felizes, que a felicidade são momentos. O adolescente afirmou que “não consegue ser feliz e que dentro dele talvez não tenha felicidade”. Mas logo em seguida ele nos disse querer ser um “*Trap Star*”⁸ e que havia feito um “*Love Song*”, mas que não estava satisfeito, que talvez esse tipo de música não seja para ele, “porque dentro dele não tem amor, só ódio”.

Para os autores Silva Junior e Borges (2018, p. 10) “falar em masculinidades negras é passear por um universo misto de autoestima, subalternização, ressignificações e sofrimentos ao longo dos itinerários existenciais” O corpo negro masculino é marcado por uma masculinidade marginalizada, em detrimento da masculinidade branca colonizadora. Fanon (2008, p. 134) na sua obra reeditada explora a ideia do negro ser construído socialmente com uma ideia “fobógena” e “ansiógena”, construído para despertar o temor e a aversão, também para ser o outro a quem direciona-se a diferenciação, e assim sendo, a própria valorização de quem o dita: o branco.

Em termos subjetivos, esta imagem socialmente difundida torna-se um empecilho para a construção de uma identidade negra positiva e acaba por naturalizar ações de violência social e estatal direcionadas à população negra. Os/as jovens negros/as são o bode expiatório da política proibicionista criminal de drogas, do mercado letal da segurança e de uma polícia militarizada e focada no direito penal do inimigo a combater nas periferias (MENEZES E SILVA, 2022, p. 301).

A imagem do negro é ainda associada ao monstro, à figura exotificada, contrária as identificações com sentimentos e emoções, experimentando uma hiperssexualização medida pelo tamanho do seu pênis, que seria inversamente proporcional à sua inteligência (Silva Junior e Borges, 2018, p. 11). Almeida (2019, p. 20) situa que:

⁸ Em nossa reunião de feedback que ocorreu em julho de 2023, a equipe técnica nos informou que o adolescente estava com uma madrinha que o estava ajudando a gravar os sons e que tinha adotado um nome social artístico.



As referências a ‘bestialidade’ e ‘ferocidade’ demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje (ALMEIDA, 2019, p.20).

Dessa forma, quando pensamos em adolescentes negros acolhidos institucionalmente, não podemos pensar o quesito cor/raça de maneira interdependente, mas faz-se necessário, a partir de uma lente interseccional com base em Collins e Bilge (2020, p. 16), onde a interseccionalidade visa investigar como as relações interseccionais de poder podem influenciar as relações em sociedade, através de vivências individuais e coletivas na vida cotidiana. Além disso, “a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”, bem como a partir de Crenshaw (2002, p. 178) quando afirma que o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos ficam invisibilizadas quando não se considera as vulnerabilidades interseccionais (Crenshaw, 2002, p. 178).

A pesquisadora principal realizou duas perguntas disparadoras para o debate: 1. Como vocês se identificam racialmente?; 2. O que é ser negro. Os adolescentes responderam que se enxergavam como negros e para eles ser negro não estava ligado somente a cor da pele, mas a forma de se “comportar, falar gírias e vestir-se”. Eles relataram que tem um homem na instituição, que diz ser negro, perguntamos-lhes se o homem é realmente negro, os adolescentes hesitaram, riram e disseram que não, “mas ele diz que sim”. Assim, perguntamos então se o coordenador da casa era negro, porque a partir do que é ser negro para eles, este não se encaixava. Todos riram e disseram que ele era preto, “mas parece ser branco pela forma que se comportava e vestia-se”.

Esse fato nos faz refletir que para esse grupo de adolescentes ser considerado um homem negro, vai além do quesito cor, mas está ligado aos trejeitos e linguagens de determinado grupo da sociedade. Munanga (2019, p. 8) ao discutir a construção da identidade negra e da negritude no Brasil, nos atenta para como esse fenômeno não se trata de um único viés ou contexto, a construção das identidades, de forma geral, está implicada com a tomada de consciência na diferenciação de “nós” e dos “outros”, sendo assim o grau dessa consciência não se dá de forma igualitária com todas as pessoas e



grupos, assim também é com os grupos negros, considerando que cada um vive em contextos socioculturais diferenciados. Portanto, o que os adolescentes se referem é a um fator linguístico de símbolos que caracterizam o seu próprio grupo de pertença, como a juventude negra e periférica, associando outros fatores que ditariam essa identidade negra para além da cor da pele.

Ainda nesse sentido, Souza (1983, p. 18), ao aprofundar as raízes da construção da identidade negra brasileira, a pensar no processo de ascensão do negro, afirma que “o negro que se empenha na conquista da sua ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático da sua identidade [...] o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de tornar-se gente” (SOUZA, 1983, p. 18). Ouvir o discurso dos jovens a respeito dos símbolos os quais os mesmos ligam à negritude ou não, faz menção a essa reflexão, principalmente ao darmos conta de que tais símbolos sofrem uma marginalização social. Ao se referirem ao coordenador da casa, vestido de calça cáqui, blusa polo, sapato fechado, cabelo raspado, com linguajar mais formal e de voz baixa e amena, esses adolescentes marcam o que para eles são símbolos da branquitude, que representam esse “Outro” que se diferencia deles mesmos.

Em meio ao debate, Kaio relatou morar com uma mulher que o adotou e que dizia a ele que “preto tem que ter cabelo curto, porque assim não parece um urso” e segundo ele isso o deixou muito triste, ele nos informou que depois dessa fala “nunca mais recuperou a confiança nela. Mesmo que ela tenha pedido desculpas, ele não conseguiu mais ser o mesmo”. A quase totalidade dos participantes afirmaram terem sido vitimizados a partir do seu cabelo. Transcrevendo as suas palavras: “chamaram o meu cabelo de lavar louça, eu só zoei e sai, levando na brincadeira”, recorrendo novamente à fala do adolescente Kaio o mesmo informou que: “fica pensando nisso e se sente muito mal”. Em contrapartida, num movimento dissonante do que estava se desenhando, o adolescente Cláudio disse querer muito que o cabelo crespo dele crescesse e depois ficou perguntando a integrante da equipe de pesquisa como fazer, a pesquisadora passou então a contar sobre o seu processo de transição capilar e as opiniões que as pessoas davam, no tom de indicar como ela devia deixar o seu cabelo, o adolescente Cláudio disse: “Os outros querem dizer o que a gente tem que fazer”. Podemos entender e identificar “os outros” não só como pessoas brancas, mas como um sistema perpetuado pela branquitude no qual pessoas negras também são



cooptadas, pela negação e negociação de elementos da sua identidade para atingir o Ideal de Eu do que é ser gente (Souza, 1983, p. 34).

Esse domínio da branquitude encontra as suas formas de ramificação e controle, a mídia e os discursos ou “não-ditos” sobre norma, podem reforçar padrões considerados corretos de relacionamentos, de beleza, de amabilidade, de bondade e dignidade. Outra atividade realizada nesse encontro se propunha a mostrar uma perspectiva não estereotipada das pessoas negras, trazendo imagens de figuras negras importantes e referências das mais diversas áreas, diferente da exibida em livros escolares e materiais de jornais, que buscam marginalizar ou sexualizar a população negra (Silva Junior e Borges, 2017, p. 10), assim como, teve-se como objetivo também, mostrar a esses adolescentes que podem ocupar o lugar que quiserem na sociedade, a partir da autoidentificação com as figuras expostas.

A autora Tiburcio (2021, p. 11) coloca em evidência a importância da representatividade para a construção de autoestima positiva nas crianças e estabelece um raciocínio sobre a representação midiática de pessoas negras, apontando que, em um país como o Brasil, pessoas brancas estão sempre sendo colocadas como ícones da beleza, em detrimento de pessoas negras. Nesse sentido, é possível entender como a autoestima dos adolescentes pode ser influenciada a partir das construções provenientes de uma estrutura racista. A manifestação do racismo não acontece apenas por ações individuais, nesse sentido, Almeida (2019, p. 47) propõe que a estrutura social racista se manifesta nas instituições que são majoritariamente controladas por indivíduos brancos. Sendo assim, tal grupo hegemônico estabelece parâmetros discriminatórios baseados na raça, impondo como horizonte para toda a sociedade, sua cultura, seus padrões estéticos, suas regras e padrões de conduta.

Ainda nesse cenário, destacamos a fala do adolescente Kaio que complementou em dado momento da discussão afirmativamente: "para branco tudo é fácil", relatando um episódio onde foi abordado por um policial preto, e que a sua abordagem foi muito diferente dos demais, mas achava que era “uma profissão de branco”. Utilizando-se de Bento (2023, p. 12) que ao destrinchar o conceito de branquitude traz a ideia de uma organização sistemática, repressora e que funciona para manter os seus privilégios, podemos relacionar a percepção do adolescente em menção à atividade policial como uma profissão que materializaria símbolo desse sistema de branquitude. Ora, pensar o próprio surgimento da polícia militar, com as suas bases no Período Imperial para



proteção da Corte Portuguesa que acabava de chegar ao Brasil, é também compreender os moldes estruturais que serviram e, de certa forma, ainda servem, aos interesses da branquitude.

Por fim, cabe ainda trazer Almeida (2019, p. 41) que corrobora com essa discussão, ao entender que a perpetuação de homens brancos no controle das instituições depende do estabelecimento de regras e padrões para dificultar a ascensão de pessoas negras, bem como da inexistência de espaços para debates sobre desigualdade racial, pois assim o domínio formado por homens brancos é naturalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo a Psicologia negligenciou a questão racial como um importante marcador social na construção das subjetividades infantojuvenis. No entanto, essa lacuna nos estudos tem sido mais recentemente abordada e corrigida. Ser criança ou adolescente negro no Brasil é uma realidade distinta daquela vivida por crianças e adolescentes brancos, ao implicar em diferentes condições de acesso a oportunidades culturais, de saúde, educação e garantia de direitos, o que, por consequência, influencia as suas experiências subjetivas e integração nos contextos sociais.

Ao considerar a incidência maior de crianças e adolescentes negros acolhidos, é possível identificar ainda as casas de acolhimento como espaços permeados pela estrutura social racista. O Brasil, como um país que possui heranças escravocratas, continua marcando as vivências de famílias negras, e estas ainda sofrem com a negligência e desassistência estatal. Os resultados do desamparo, por sua vez, acabam sendo usados como motivos para as crianças e adolescentes oriundas dessas famílias serem institucionalizadas, sem considerar os avanços promovidos pelo ECA (1990), que colocam esses sujeitos como detentores de direitos e reconhecidos como prioridade absoluta nas políticas sociais. Nesse sentido, é importante refletir quais infâncias e adolescências fazem usufruto dos direitos preconizados pelo estatuto e quais estão sendo desprotegidas e desassistidas. Para esse contexto, questionar a inserção de mais adolescentes negros do que brancos em instituições de acolhimento é uma necessidade, com vistas a desnaturalizar tal aspecto e trazer a infância preta ao protagonismo, no intuito que essa seja reconhecida como detentora de direitos.



A partir dos resultados do encontro sobre “noções de raça” com adolescentes negros em situação de acolhimento institucional, ficou perceptível a importância de realizar intervenções com práticas antirracistas em instituições de acolhimento. O racismo deixa uma marca profunda não apenas na mortalidade ou adoecimento desigual de crianças e adolescentes negros, mas principalmente nos processos psicológicos de formação da identidade, autoimagem, autoestima e senso de autoeficácia. A omissão relativamente ao racismo e seus impactos amplifica o sofrimento e o sentimento de não pertencimento entre as crianças e adolescentes negros. Para enfrentar essa realidade, é essencial, em primeiro lugar, reconhecer sua existência e as suas consequências. Percebemos que ao demonstrar e potencializar para esses adolescentes elementos culturais relevantes da cultura negra, os quais os mesmos já se apropriavam no seu cotidiano, e ao compartilhar vivências e conhecimento de referências de negritude nesses espaços, existe a possibilidade de estimular subjetividades positivas em adolescentes em situação de acolhimento. É importante ressaltar como o método de Análise do Discurso (AD) nos permitiu refletir sobre processos históricos, sociais e coletivos, a partir de relatos e trechos escritos do Diário de Campo da equipe de pesquisa, fazendo uma transmutação de falas individuais em dados de análise ao dizer sobre fenômenos sociais complexos.

No caso da pesquisa usada como base para a construção deste artigo, as especificidades do território onde os adolescentes estavam acolhidos não podem ser ignoradas. O município da Baixada Fluminense onde residem é marcado pelo abandono em termo de saneamento básico, segurança, lazer e infraestrutura. Por outro lado, cabe destacar que é nesse território onde os meninos se sentem pertencentes e estabelecem as suas redes de sociabilidade. Na reunião de feedback realizada em julho de 2023, de acordo com relatos da equipe técnica, os adolescentes agora desligados se mantêm morando no entorno da casa de acolhimento, construindo uma rede de solidariedade e apoio com a casa, e também com os ex-acolhidos. É de fato importante pensar nesses territórios, e também na Baixada Fluminense, não só como espaços marcados por violências, mas também por aquilombamento e resistência.

Outro marcador relevante a ser considerado é o de gênero, já que todos os adolescentes participantes eram negros e meninos cisgênero. É preciso um olhar atento para entender as marginalizações das masculinidades estabelecidas sobre o corpo negro masculino, em detrimento da masculinidade branca colonizadora. Dessa forma, tal



funcionamento pode produzir atravessamentos sobre a autoestima dos adolescentes, dificultando a construção de identidades negras positivas, afetivas e saudáveis, uma vez que a noção apreendida na contemporaneidade do que é ser homem na sociedade, faz com que adolescentes negros transitem por estereótipos de exclusão, exotificação, sexualização e animalização.

A escola, assim como as instituições de acolhimento que são espaços onde se produz subjetividades, precisa ser reestruturada para tratar questões relacionadas ao racismo com mais efetividade. A escolar não pode se eximir diante de situações em que os adolescentes e crianças estão sendo diminuídos por sua condição de raça, essa realidade dos adolescentes participantes nos mostra acontecimentos racistas ocorridos no ambiente escolar e isto aponta para uma urgência no desenvolvimento de práticas antirracistas no âmbito educacional, bem como para a necessidade de capacitação de docentes e outros profissionais para abordar a temática. Esse campo carece de mais aprofundamento, o que não foi possível dada as limitações desse trabalho específico e a necessidade de condensamento dos dados. Se faz necessário sinalizar também a qualificação dos profissionais que atuam nas casas de acolhimento, com o objetivo que estes por conviver cotidianamente com esses adolescentes, saibam passar conhecimento sobre identidade, pertencimento, entre outros temas importantes, e nos casos em que houver situações que seja identificado episódios de racismo nos abrigos, esses profissionais possam realizar uma intervenção eficaz e emancipatória, sem que mais uma vez se repita as manobras de violência do racismo. No entanto, o campo nos faz refletir se é possível alcançarmos de fato uma educação antirracista, uma vez que vivemos ainda em uma sociedade estruturada sistemicamente de maneira racista. Tal questionamento é feito, por acreditarmos que é por meio de um olhar real, concreto e atencioso que podemos vislumbrar possibilidades genuínas de transformação e emancipação para a sociedade como todo.

Ainda é possível dizer que almejamos que outros projetos como o Candeia sejam construídos e aplicados, pois através dessa experiência de pesquisa, identificamos um cenário potente de subjetivação afrodiaspórica dos adolescentes no seu território BXD. Tal fato, só foi possível pela forma como estes expressaram as suas narrativas e por como partilharam as suas histórias de vida. Acreditamos que projetos semelhantes ao Candeia podem ser identificados como espaços simbólicos de influência social positiva, de cunho educador e emancipatório, que assegura a afirmação da identidade



negra e viabiliza o olhar para os diferentes modos de subjetivação que possam ocorrer entre os envolvidos. Conforme abordado neste trabalho, é possível concluir que a pessoa negra ainda enfrenta diversas formas de racismo, tanto na sua condição material quanto simbólica e subjetiva. Nesse sentido, a Psicologia desempenha um papel relevante, uma vez que se debruça sobre o funcionamento psíquico. Em conjunto com outros saberes e de forma crítica, é imperativo avançar na construção de espaços e discussões decoloniais e antirracistas. Portanto, é urgente enfrentar essa questão. Por fim, cabe ainda dizer que a psicologia carrega uma responsabilidade histórica crucial no combate ao racismo, e esperamos que este trabalho contribua para enfrentarmos os efeitos de *Maafa* sobre o povo negro.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Dos livres e dos cativos – breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil. *Serviço Social em Debate*, v. 5, n. 1, 2022, p. 1-13 <https://orcid.org/0000-0003-2209-9462>

ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen: 2019.

ANTUNES, Ellen Karoline Claudino; GALONI, Luana Luiza; RIBAS, Grazielly; PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo. Relato de Experiência Extensionista sobre a aplicação do Programa Candeia: Promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional. *RAÍZES E RUMOS*, v. 10, n. 2, 2022, p. 52–61. <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2022.v10.i2.52-61>

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras: 2022.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases para a educação*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; Mutti, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, v. 15, n. 4, 2006, p. 679-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo: 2020.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 0, n 1, 2002, p. 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DA SILVA, Liziane Guedes; NOGUEIRA, Renato; MACHADO, Paula Sandrine. Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: compreensões a partir do Sopapinho Poético. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia Brasileira na luta antirracista*. Brasília: CFP, 2022.



DOS SANTOS, Rafaela Renero; SILVA, Janaina Cassiano. Constituição da identidade/ subjetividade da criança negra e educação infantil: análise em documentos oficiais. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia Brasileira na luta antirracista*. Brasília: CFP, 2022.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA: 2008.

GALONI, Luana Luiza; ARCANJO, Karoline; RIBAS, Grazielly; PEIXOTO, Ana Claudia de Azevedo. O processo de institucionalização da infância preta em casas de acolhimento. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, v. 13, n. 2, 2022, p. 56-64. <https://doi.org/10.21727/rm.v13i2.3062>

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. *Psic. Da Ed*, n. 13, 2001, p. 9-15. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/32815> Acesso em 03/09/2023

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; GOULART, Daniel Magalhães. Teoria da Subjetividade e educação: entrevista com Fernando González Rey. *Obutchénie*, v. 3, n. 1, 2019, p. 13-33. <https://doi.org/10.14393/OBv3n1.a2019-50573>

HONORATO, Mayra da Cruz. *Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu*, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010 (2011). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>. Acessado em: 26/05/ 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos*, v. 6, n. 1, 2007, p. 93-104. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048> Acessado em: 26/05/ 2020.

LINO, Michelle Villaça; SOUZA, Liliane Angelica da Silva. Proteção tem cor: Problematizando o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros. *Serviço Social em Debate*, v. 5, n.1, 2022, p. 100-116. <https://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6236>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições: 2018.

MENEZES, Jaileila de Araújo. SILVA, Roseane Amorim da. Periferia é Periferia em qualquer lugar. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia Brasileira na luta antirracista*. Brasília: CFP, 2022.

MÍDIA NINJA. Sob Bolsonaro, ações de combate ao racismo nas escolas caem ao pior nível em 10 anos. Disponível em: <https://midianinja.org/news/sob-bolsonaro-acoes-de-combate-ao-racismo-nas-escolas-caem-ao-pior-nivel-em-10-anos/>. Acessado em: 25 de julho de 2023.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica: 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes: 1980

NJERI, Aza. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 31, 2019, p. 4-17. <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28253>

NOGUEIRA, Marcelo Vitor Rodrigues; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; MATILDES, Herlan Oliveira. Outras Histórias Sobre a Juventude Negra: Formação Acadêmica e Científica de Adolescentes Negros/as em Ituiutaba - MG. *Revista da ABPN*, v. 15, n. Edição Especial, 2023, p. 130-150. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1496> Acesso em: 03/09/2023.

PAULINO, Osmar. *Quem tem medo do menino negro vivo, educado e livre?*. Disponível em: <https://midianinja.org/news/sob-bolsonaro-acoes-de-combate-ao-racismo-nas-escolas-caem-ao-pior-nivel-em-10-anos/>. Acessado em: 25 de julho de 2023.

PEREIRA, Letícia Aparecida de Góis; GALONI, Luana Luiza; RIBAS, Grazielly. O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro. *O Social em Questão*, Ano XXVI, n. 56, 2023, p. 159 – 176. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.62326>

Região da Baixada Fluminense. Panorama de Indicadores Socioeconômicos e do Mercado de Trabalho. *Observatório do Trabalho*. Rio de Janeiro, 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: 2004.

SANTANA, Juliana Prates; CASTRO, Lucia Rabello de. A questão racial e o racismo estrutural no Brasil: uma análise nos estudos da infância e juventude. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia Brasileira na luta antirracista*. Brasília: CFP, 2022.

Santos, Milton. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina, n. 16, 2005, p. 250-261.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. Abrigo, prisão ou proteção? Violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados. *Argumentum*, v. 11, n. 2, 2019, p. 76–92. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i2.23813>

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. *Serviço social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Mórula: 2022.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, v. 5, n. 1, 2017, p. 17-31. <https://doi.org/10.30620/gz.v5n1.p17>

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; BORGES, Leandro da Conceição. Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 1, 2018, p. 3-21. <https://doi.org/10.5212/RIagg.v.9.i1.0001>

SOUZA, Ivanete Silva; SOUZA, Leonam Elifas Leite de; ALVES, Letícia Thaynã de Queiroz; MENDES, Luís Augusto Nobre de Souza; VALE, Vanessa Pacífico do. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. *Revista em Favor de Igualdade Racial*, v. 1, n. 1, 2018, p. 137-146. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Rfir/article/view/2000> Acesso em: 03/09/2023.



TIBURCIO, Edleide dos Santos. *Racismo e primeira infância: o cabelo crespo e a construção da autoestima da menina negra*. 2021. 24 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas: 1987.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 19/09/2023